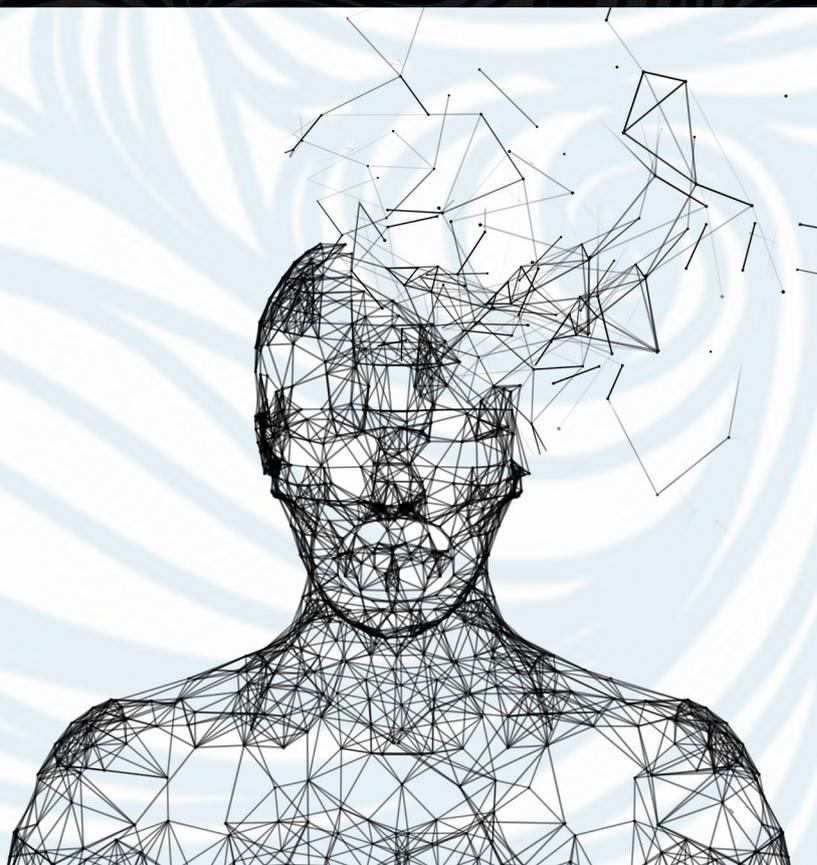


**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

**Filosofia
Política,
Educação,
Direito e
Sociedade**

Atena
Editora
Ano 2019



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade [recurso eletrônico] /
Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta
Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação,
Direito e Sociedade; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-094-0

DOI 10.22533/at.ed.940190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A ideia do livro é o de aprofundar os estudos sobre FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade deriva, a princípio, de reconhecer nos direitos humanos, a partir da dignidade da pessoa humana, como afirma Hinkelammert (2014), condição insubstituível para que a sociedade seja vivível e, também, por compreender os saberes como essenciais para uma formação humana capaz de entender, questionar, desvelar e tentar mudar a realidade de injustiças que vivemos.

A EDH tornou-se experiência concreta inicial no Brasil nas décadas de 70 e 80 como instrumento utilizado, a princípio, pela Comissão de Justiça e Paz (CJP) e os movimentos sociais, contra a lógica arbitrária de violação aos direitos humanos vivenciados durante a ditadura militar (1964-1985). Neste período, como indica Genevois (2007), era cogente a implementação de um projeto de formação e vivência dos direitos humanos que pudesse construir consciência e mobilizar a luta em defesa desses direitos acachapados pela ação do militarismo que se implantou no poder. O que motivou o movimento de elaboração da EDH em âmbito popular foi a necessidade de construir junto às vítimas conhecimento sobre os direitos humanos e a maneira de reivindicá-los. Esse livro foi operacionalizado por meio de artigos e seus autores que procuram dar ênfase naqueles que não tinham voz: [...] os pobres, os presos, os excluídos, humilhados e discriminados em geral.

Contudo, a preocupação em torno de constituir uma educação voltada para os Direitos Humanos, considerando a importância do processo educacional na promoção da dignidade humana e garantia dos direitos humanos, tornou-se um movimento de proporções internacionais quando em 1993, na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), foi lançada a Década das Nações Unidas para a Educação em Matéria de Direitos Humanos (1995-2004). Em seguida, no ano de 2005, com vista à necessidade de manter um marco mundial para a EDH posteriormente à Década, foi proclamado pela ONU o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH), o qual apresenta contribuições e orientações para a construção de programas educacionais nacionais que fossem baseados no respeito aos direitos humanos, sendo ele ratificado pelo Estado brasileiro. Inserido nesse movimento de desenvolvimento da EDH, o Estado brasileiro organizou a Política Nacional de EDH, criando em 2003 o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), responsável por elaborar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), concluído em 2006. O PNEDH juntamente com as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (2012) são atualmente os principais documentos que inserem e organizam a EDH nos sistemas educacionais brasileiros. O PNEDH apresenta linhas gerais de ação em cinco eixos de atuação: (1) educação básica; (2) educação superior; (3) educação não-formal; (4) educação dos profissionais do sistema de justiça e segurança e (5) educação e mídia.

Diante desse contexto a ONU consolidou um conceito de EDH a qual espera

que seja parâmetro de conceito nos países membro: A educação em direitos humanos pode ser definida como um conjunto de atividades de educação, de capacitação e de propagação de informação, orientadas para criar uma cultura universal de direitos humanos. Uma educação integral em direitos humanos não somente proporciona conhecimentos sobre os direitos humanos e os mecanismos para protegê-los, mas que, além disso, transmite as competências necessárias para promover, defender e aplicar os direitos humanos na vida cotidiana. A educação em direitos humanos promove as atitudes e o comportamento necessários para que os direitos humanos de todos os membros da sociedade sejam respeitados. (ONU, 2012, p.3).

Neste sentido, a formação de uma cultura de direitos humanos apresenta-se como o principal objetivo da EDH e está bem identificada na produção teórica nacional. Benevides (2000, p. 1) indica a EDH como formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, promovido através da vivência dos valores [...] da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz e que deve impactar o educando para a apreensão de valores, sob os aspectos racionais e emocionais, devendo transformar-se em prática na vida das pessoas.

A EDH se apresentaria como um importante dispositivo que, por meio da educação escolar, seria capaz de fomentar uma cultura de respeito aos direitos humanos efetivos para a vida humana. Além de que, a educação está duplamente inserida na envergadura dos direitos necessários à pessoa humana, ou seja, a educação é uma categoria de direito humano fundamental para o desenvolvimento da vida e, ao mesmo tempo, pode permitir a realização de outros direitos sociais, políticos e civis na sociedade, portanto, pode ser entendida como eixo articulador dos direitos humanos, caminhando numa relação dialética ao longo de ambas as construções. Para Estêvão (2006, p. 91) [...] a educação constitui-se como um dos lugares naturais de aplicação, consolidação e expansão dos direitos humanos. Ela é uma arena de direitos e com direitos, cuja negação é notadamente perigosa para o princípio democrático da igualdade civil e política.

Portanto, os direitos humanos poderiam ser considerados o meio e o fim nos quais a EDH está engajada. Não obstante o plano normativo que orienta a política educacional sobre a EDH no Brasil esteja considerado com várias iniciativas que pretendem efetivar-se na educação básica, ou seja, de construir uma cultura de respeito aos direitos humanos, a realidade social está marcada por inúmeras violações dos direitos humanos essenciais para a vida. Mas, essa afirmação provoca questionar o que seriam os direitos humanos?

Fundamentado na formulação elaborada pela ONU é possível entender os direitos humanos conforme sua natureza, categorias e objetivos. Nestes termos os direitos humanos são aqueles inerentes a todos os seres humanos, independente de raça, nacionalidade, religião ou qualquer outra condição, incluindo o direito à vida, liberdade, trabalho, educação e muitos outros, os quais devem ser promovidos e garantidos contra ações que interferem na efetivação da dignidade humana (ONU,

1948). A produção teórica sobre o tema, sobretudo a literatura jurídica, segue esta mesma linha de formulação sobre os direitos humanos. Comparato (2013, p. 71) elabora o discurso em torno da definição dos direitos humanos ressaltando que se trata de algo [...] inerente à própria condição humana, sem ligação com particularidades determinadas de indivíduos ou grupos, e segue problematizando como reconhecer a [...] vigência efetiva desses direitos no meio social. Portanto, seriam os direitos que visariam garantir a vida e a dignidade humana de todas as pessoas, e devem ser protegidos e exigíveis pela lei. Trata-se de direito de estar vivo e ter condições de viver, de alimentar-se, de ter onde morar, de trabalhar e receber justamente pelo trabalho, de ter educação, saúde, de poder votar e ser votado, de escolher sua religião, entre outros que estão descritos na DUDH e, reiterados no Estado Brasileiro por meio da Constituição Federal (CF-88). Entretanto, analisando na perspectiva dialética, essa compreensão torna-se discrepante ao confrontá-la com a realidade marcada cotidianamente por violações aos direitos humanos que geram exclusões. Ora, se os direitos humanos se apresentam como instrumento para garantir a vida humana, se inclusive são salvaguardados por um sistema normativo de proteção internacional e nacional, por que ainda há tantas violações a esses direitos? Todas as pessoas são realmente titulares desses direitos?

Um autor que permite identificar com maior rigorismo estes conflitos é Hinkelammert, que a partir de uma abordagem histórico dialética, argumenta que diante de tanta violação seria necessário conhecer e problematizar as bases dos direitos humanos na sociedade para compreender quais seriam as reais causas de violação, o que permitiria um enfrentamento mais efetivo. Com base na compreensão teórica de Hinkelammert (2014), que insiste na historicidade dos conflitos sociais sob os quais se constituem as concepções de mundo, neste caso, no contexto da nova fase da exploração capitalista, pode-se supor que as mudanças da estratégia de dominação, sob a globalização neoliberal, modificam profundamente a compreensão dos direitos humanos, sem negá-los. Reivindicam-se direitos humanos, sob as regras do mercado.

A organização econômica teria, segundo esse autor, a capacidade de influenciar e de modificar as concepções e modo de compreender esses direitos, impactando na política e na normatização (HINKELAMMERT, 2014). A relação de mútua influência entre as condições da realidade econômica e as formas de pensar permite compreender melhor a dinâmica de elaboração dos fundamentos dos direitos humanos e da educação em direitos humanos em diversas possibilidades. Entre estas, explicita a disputa das classes e grupos sociais na configuração da EDH, na ação por vezes de colaboração, por vezes de conflito entre movimentos sociais e dos gestores públicos que elaboram as normativas. Outra dinâmica é a tensão da contradição entre a importância do debate público para a elaboração da lei por um lado e, por outro, o importante papel que a norma desempenha na elaboração dos fundamentos teóricos.

Ainda, essa relação consentiria perceber que, paradoxalmente, quanto mais se avança institucionalmente na normatização da EDH, o avanço da ideologia neoliberal

e da estratégia da globalização promoveria um deslocamento no modo pelo qual a sociedade compreende os direitos humanos e isso poderia impactar substancialmente a forma de construção normativa e, conseqüentemente a atuação na EDH. Por isso, seria necessário, conforme propõe Hinkelammert (2014) pensar as bases que fundamentam as concepções de direitos humanos, tendo como horizonte de reflexão a visão constituída após os marcos econômicos da modernidade, em especial, nas implicações da ideologia neoliberal.

Problematizar a EDH, a partir dos direitos humanos que a fundamentam, permitiria compreender se há diferentes formas de concebê-la. Portanto parece imprescindível aprofundar, de forma crítica, a discussão sobre as concepções de direitos humanos.

Para refletir sobre a efetividade dos direitos humanos parecem ser importantes os questionamentos e a problematização decorrentes das formulações emancipatórias e da realidade concreta. Percebê-los através das lutas travadas evita que a análise se limite à perspectiva idealista, como se a mera normatização e retórica, fossem suficientes para a garantia da dignidade humana. Hinkelammert (2014) sugere que a problematização dos direitos humanos ocorra a partir de sua base na sociedade, pois, ir mais além nos permitiria perceber como os direitos humanos, tal como estão atualmente presentes na normativa internacional e nacional, tiveram seu sentido teórico e ideológico modificado. Essas mudanças permitiriam que os direitos humanos fossem concebidos, sobretudo em sintonia com a interpretação dada pelo mercado. Em decorrência disso as violações e suas alternativas de superação parecem estar banalizadas, constrói-se um conceito de direitos humanos aceitando que muitos seres humanos estejam às margens da sua titularidade. Partimos da concepção de que os direitos humanos são aqueles direitos que o sujeito corporal e necessitado possui para a realização da vida humana (HINKELAMMERT, 2002). Contudo, a abstração e a aplicação desses direitos muitas vezes são instrumentos para a violação do próprio sujeito. Essa possibilidade de inversão é analisada por Hinkelammert (2002) como sendo a inversão do sentido dos direitos humanos teorizada por John Locke no século XVII, como mecanismo legitimador das práticas econômicas inglesas pautadas na escravidão africana e exploração de terras indígenas na América. Ao inverter o sentido dos direitos humanos, Locke transformou a vítima em culpado. Atualmente, a lógica da inversão dos direitos humanos e o esvaziamento do sentido dos direitos humanos (HINKELAMMERT, 2016) decorrem da estratégia de globalização capitalista, marcada pela supremacia das instituições de mercado sobre a vida das pessoas, onde os direitos das instituições mercantis impõem-se sobre os direitos essenciais à vida do ser humano.

Os artigos que compõe esta coletânea evidencia que os principais autores que têm se dedicado à discussão da FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade EDH com as abordagens adotadas não incorporam a crítica, minimamente, em sintonia com as categorias apresentadas por Hinkelammert (2002, 2010, 2014, 2016).

Nessa perspectiva, o presente livro objetiva investigar **DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, das autoras de Evanir dos Santos e Renata Souza de Lima, no artigo busca elucidar a importância da Educação em Direitos Humanos na perspectiva da educação infantil. O interesse pela temática surgiu após a participação no projeto de extensão O ECA Itinerante no ambiente Escolar: Uma introdução formativa para crianças e adolescentes em Direitos Humanos Fundamentais, que esteve em vigor durante os anos de 2016 e 2017. No artigo, **A SEXUALIDADE E SUAS ARTICULAÇÕES NO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM, A PARTIR DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS**, os autores, Solange Aparecida de Souza Monteiro, Gabriella Rossetti Ferreira, Paulo Rennes de Marçal Ribeiro, buscaram análise por meio de documentação, dos conteúdos aplicados em cursos a distância com momentos presenciais, de formação de professores na área da sexualidade, verificando como estes foram elaborados e implementados.

DIREITOS DOS ANIMAIS: A INTERVENÇÃO DO HOMEM das autoras Isadora Ramos Klein e Tailan Borges, procura entender o processo ao longo da história da criação das leis de defesa aos animais e de como eram e são tratados até os dias de hoje pelo homem. Passando por pensamentos de diferentes filósofos, teremos uma análise mais clara e ampla da evolução de tal processo. No artigo **DIREITO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA OS JOVENS COM FULCRO NO ESTATUTO DA JUVENTUDE** os autores Yossonale Viana Alves e Márcio Adriano de Azevedo, investigam sobre o Estatuto da Juventude é um dos dispositivos legais do Brasil que regula a educação básica, descrevendo que essa é obrigatória e deve ser oferecida gratuitamente a todos os jovens, inclusive para aqueles que não tiveram acesso à educação, na idade adequada, conforme ditames da Constituição Federal de 1988 e da Lei n.º 9.394, 20 de dezembro de 1996. Desse modo, objetiva-se analisar o Estatuto da Juventude como instrumento jurídico regulamentador das garantias de direitos constitucionais aos jovens, de forma articulada com os indicadores educacionais oficiais, que analisam a inserção ou não desses sujeitos nos processos educativos de formação profissional, o autor procura-se analisar o **DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO LIMITAÇÃO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO**, esquecimento como limitação à liberdade de expressão em face do direito de intimidade do respeito permitiu-nos investigar sobre a dignidade da pessoa humana tutelada pelos princípios constitucionais. A vida privada da pessoa, sua privacidade e intimidade são asseguradas pela Carta Magna. No artigo **FORMAÇÃO HUMANA E AFETIVIDADE: ELEMENTOS CRUCIAIS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, as autoras Daniela Fernandes Rodrigues e Farbênia Kátia Santos de Moura abordam que vivenciamos um período permeado por discursos e reflexões no cenário educacional que trazem para o cerne da discussão a formação docente, investigar a prática pedagógica com ênfase na Formação Humana e Afetividade das professoras. No artigo **FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS DA INCLUSÃO**, das autoras Cândida Ivi Marcovich de Araújo, Carla Cristie de França e Denise Fetter Mold, o artigo tem como proposta possibilitar

a reflexão e contribuir com a formação continuada docente no ensino regular, no que se refere à inclusão escolar. A pesquisa teve como intuito, evidenciar a importância da formação continuada, bem como dos Serviços de Apoio no cotidiano docente escolar inclusivo.

FORMAÇÃO CONTINUADA A PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA FONOAUDIOLOGIA, da autora Ana Claudia Tenor O objetivo deste Estudo foi Identificar a Demanda Fonoaudiológica das Escolas De Educação Infantil.

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A PRÁTICA NA CRECHE: QUE ESPAÇO SUAS ESPECIFICIDADES TÊM NOS CURSOS DE PEDAGOGIA? de autoria de Juliana Lima da Silva, apresenta parte do que foi desenvolvido em sua pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com o objetivo de compreender como acontece a formação inicial para professores do curso presencial de Pedagogia da UFJF no que se refere aos saberes/fazer para atuar com a faixa etária de 0 a 3 anos. De que modo esta formação contribui para a prática de futuros professores que atuarão nas creches? No artigo a

FORMAÇÃO PARA DOCENTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A DISCIPLINA “METODOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL” DO CURSO CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, das autores Patrícia Larisse Alves de Sousa e Anderson Ibsen Lopes de Souza, o objetivo deste estudo foi relatar a experiência docente na disciplina “Metodologias aplicadas à educação ambiental” do curso *Convivência com o semiárido*, abordando as práticas pedagógicas adotadas, a transversalidade, os projetos interdisciplinares e a potencialidade dessa experiência para a atividade curricular docente. No artigo

GLOBALIZAÇÃO: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO COMO DETERMINANTE PARA OS HÁBITOS DE VIDA DE ESCOLARES, dos autores Márcio Barreto da Silva, Ludmila Bernardo de oliveira, Valéria Kamilla Gurgel Jales, Francisco Ferreira da Silva, que busca discutir sobre o processo de urbanização como fator condicionante a saúde e/ou hábitos de vida de escolares. Revisão bibliográfica a partir de bibliotecas virtuais. No artigo

HISTÓRIA ORAL: CONSTRUINDO CONHECIMENTOS E (RE)VENDO O MUNDO ATRAVÉS DE REMINISCÊNCIAS, dos autores Simone Ribeiro, Dileno Dustan Lucas de Souza, Darieli Daltrozo Ilha, Neste artigo os autores buscam trazer reflexões produzidas pelo grupo de pesquisa ECUS- Educação, Culturas e Sustentabilidade/UFJF no contexto de implementação de projetos de pesquisa e extensão e , ao longo do texto, abordamos aspectos históricos, teórico-metodológicos e procedimentos práticos no uso da metodologia da História Oral. No artigo

IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO NA GESTÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO A DISTÂNCIA SOB A ÓTICA DOS TUTORES DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NA UF, os autores QUIRINO, R da. Heveline Ribeiro, CAVALCANTE, Sueli Maria de Araújo CORREA e Denise Maria Moreira Chagas, procuram identificar os Fatores Críticos de Sucesso (FCS) da gestão da aprendizagem no ensino à distância na visão dos tutores da Universidade Federal do Ceará Virtual do curso de Administração. No artigo

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA MULHER NO JORNAL PERNAMBUCANO

ESPELHO DAS BRASILEIRAS (1831), as autoras Mônica Vasconcelos e Marcília Rosa Periotto, buscam identificar as contribuições para a constituição e elevação da figura feminina no contexto de desenvolvimento social e material do Brasil na segunda metade do século XIX. No artigo **INFLUÊNCIA DAS CONCEPÇÕES DOCENTES NA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS PEDAGÓGICAS COM TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA**, os autores Fabio Caires de Oliveira e Maurivan Barros Pereira Buscam identificar relações entre as concepções de ensino, aprendizagem e tecnologias digitais (TD), presente nas propostas de pesquisa encaminhadas ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM) da Universidade Estadual de Mato Grosso-UNEMAT e suas possíveis influências e implicações para a prática docente. No artigo **INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA E A PEDAGOGIA HISTORICO CRITICA: UM DESAFIO E MUITAS POSSIBILIDADES**, as autoras LIMA, Erika Aparecida de Paula Silva e PINHEIRO, Bárbara Carine Soares, analisa o diálogo entre a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e a prática dos docentes de Ciências do IFBA. Foi levantado o material bibliográfico desde o Liceu de Artes e Ofícios em 1872 até o atual Instituto Federal da Bahia, que nasceu com a perspectiva de mudança do perfil da Educação Profissional da Rede Federal com a Lei nº 11.892/08. No artigo **INTENCIONALIDADE DO CURRÍCULO ANTIRRACISTA EM CONTEXTOS HISTÓRICOS DE MULHERES NEGRAS**, as autoras Agatha Leticia Eugênio da Luz e Ana D’Arc Martins Azevedo

Buscam evidenciar o currículo na perspectiva antirracista em que contextualiza historicamente sobre mulheres negras, que contribuíram/contribuem com a militância e emancipação da identidade negra, viabilizando um conhecimento de histórias negadas, silenciadas e excluídas do contexto educacional, mas que repercute cotidianamente na sociedade brasileira, em forma de racismo, sexismo e discriminação. No artigo **LEITURAS CONTEMPORÂNEAS DE ROUSSEAU: CONSTANT, VAUGHAN, TALMON OU BERLIN: DE QUE LADO ESTARÁ O VERDADEIRO PENSAMENTO DO GENEBRINO?** O autor Arlei de Espíndola, procura analisar o livro *o contrato social*, publicado por Rousseau em Paris em abril de 1762, ressalta que o trabalho que lhe notabiliza no campo do pensamento político, imprime uma forma abstrata, metafísica, que o filósofo põe-se a enfrentar o problema da relação entre liberdade e autoridade, essa uma questão bastante espinhosa que suscita polêmicas e controvérsias fazendo às vezes perder-se a orientação verdadeira de seu pensamento. No artigo **O “RETRATO” DA REALIDADE DE JOVENS ENCARCERADOS: O QUE REVELAM OS DADOS**, as autoras, Riane Conceição Ferreira Freitas, Gilmar Pereira da Silva, Crisolita Gonçalves dos Santos Costa, Ana Maria Raiol da Costa, objetivam analisar os que os índices oficiais refletem sobre questão da escolarização e profissionalização de jovens que cumprem Medidas Socieducativas (MSE), conforme determinação do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, (Lei nº 12.594/2012), como meio de reorientar o indivíduo submetido a ela, de modo a oportunizar a reparação dos danos e

promoção de processos formativos-educacionais ao jovem que infligiu a lei. No artigo **O BRINCAR NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A LIBERDADE DE CRIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**, a autora Suzy Kamylla de Oliveira Menezes tem o intuito de analisar a relação do brincar com o desenvolvimento da criança na educação infantil. O estudo é baseado na teoria de Winnicott e resulta de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. Dessa forma, essa análise enfatiza a necessidade de um ambiente que proporcione condições suficientes para que a criança se aproprie do brincar como expressão de um viver criativo, que traz como possibilidade a construção da própria subjetividade e a experiência de um desenvolvimento saudável. No artigo **O CONCEITO DE PRÁXIS EM ARISTÓTELES E MARX**: um estudo sobre a importância de aliar teoria e prática na formação dos trabalhadores da educação, da autora Andréia Carolina Severo Lima. Este artigo visa apresentar uma proposição teórica acerca da *práxis* como elemento vital na formação dos/as pedagogos/as que serão aqui chamados de trabalhadores da educação com ênfase na relação indissociável entre teoria e prática postulada pelo filósofo alemão Karl Marx. No artigo **O CRAS COMO ESPAÇO PÚBLICO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA**, os autores Tayná Ceccon Martins, Rafael Bianchi Silva Buscam com este trabalho compreender a participação popular na democracia é entender o percurso histórico dessa forma de governo e como a liberdade e a ação política se relacionam no espaço público. No artigo **O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA LINGÜÍSTICA SOB O HORIZONTE ARTICULATÓRIO DA INTERDISCIPLINARIDADE**, os autores Ieda Márcia Donati Linck, Leandro Renner de Moura, Fernanda Falconi Bastolla, o trabalho busca analisar o desenvolvimento da produção textual numa perspectiva interdisciplinar tendo como pano de fundo a proposta pedagógica do Proenem-Unicruz. Este programa institucional e social oferece a Cruz Alta – RS e região oportunidade de preparação de estudos para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) sob um horizonte articulatório, onde Redação, Língua Portuguesa e Literatura passam a fazer parte de uma mesma unidade originária, a unidade da linguagem. No artigo **O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA, ATRAVÉS DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL** da autora Luana Camila Gomes dos Santos o trabalho busca conscientizar os pais de que sua participação na educação dos filhos principalmente na educação infantil é de suma importância para o bom desenvolvimento e aprendizagem. No artigo **O ENSINO DE QUÍMICA NO 9º ANO DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA SOB A ÓTICA DISCENTE**, o autor Amílcar Célio França Pessoa, busca investigar o ensino de Química no 9º ano de Escolas Municipais de João Pessoa e suas implicações na aprendizagem sob a ótica discente. No artigo **O ENSINO EM MATO GROSSO SEGUNDO O OLHAR DO PRESIDENTE DE ESTADO DOM AQUINO CORREA**, as autoras Emilene Fontes de Oliveira e Thalita Pavani Vargas de Castro, objetivo é mostrar as representações acerca do ensino em Mato Grosso e analisar o discurso de Estado referente às normas estabelecidas na Regulamentação da Instrução Pública de 1910 que previa inovação no que diz respeito

à expansão e ao método. No trabalho **O ESPAÇO RESERVADO AO LÚDICO NA ROTINA DE TRABALHOS EM UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, a autora Fabiana Aparecida Gomes apresenta uma investigação das dinâmicas em uma sala de aula de uma turma que atende crianças de três a quatro anos de idade em um CMEI-Centro Municipal de Educação Infantil na cidade de Palmas/TO a fim de perceber se o conceito espaço como recurso pedagógico está presente no cotidiano da prática educativa. No artigo **O ESTUDO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE SENTIDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE JÖRN RÜSEN**, os autores Patricia Paes Leme, e Diogo da Silva Roiz objetiva, a partir da análise das mudanças propostas no currículo resultante da aprovação da Lei nº 10.639/03, refletir sobre as possibilidades de transformações políticas e pedagógicas daí decorrentes. Para tanto nos ancoraremos na tipologia da consciência histórica criada pelo historiador e filósofo alemão, Jörn Rüsen e em seus conceitos de formação de sentido e de aprendizado histórico.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DIREITOS HUMANOS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Evanir dos Santos	
Renata Souza de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.9401904021	
CAPÍTULO 2	9
SEXUALIDADE E SUAS ARTICULAÇÕES NO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM, A PARTIR DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Gabriella Rossetti Ferreira	
Paulo Rennes de Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.9401904022	
CAPÍTULO 3	22
DIREITOS DOS ANIMAIS: A INTERVENÇÃO DO HOMEM	
Isadora Ramos Klein	
Tailan Borges	
DOI 10.22533/at.ed.9401904023	
CAPÍTULO 4	26
O DIREITO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA OS JOVENS COM FULCRO NO ESTATUTO DA JUVENTUDE	
Yossonale Viana Alves	
Márcio Adriano de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.9401904024	
CAPÍTULO 5	41
O DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO LIMITAÇÃO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO	
Aleff Schmid Da Luz	
DOI 10.22533/at.ed.9401904025	
CAPÍTULO 6	56
FORMAÇÃO HUMANA E AFETIVIDADE: ELEMENTOS CRUCIAIS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
Farbênia Kátia Santos de Moura	
Daniela Fernandes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.9401904026	
CAPÍTULO 7	67
FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS DA INCLUSÃO	
Cândida Ivi Marcovich de Araújo	
Carla Cristie de França	
Denise Fetter Mold	
DOI 10.22533/at.ed.9401904027	

CAPÍTULO 8 72

FORMAÇÃO CONTINUADA A PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA FONOAUDIOLOGIA

Ana Claudia Tenor

DOI 10.22533/at.ed.9401904028

CAPÍTULO 9 80

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A PRÁTICA NA CRECHE: QUE ESPAÇO SUAS ESPECIFICAÇÕES TÊM NOS CURSOS DE PEDAGOGIA?

Juliana Lima da Silva

DOI 10.22533/at.ed.9401904029

CAPÍTULO 10 87

FORMAÇÃO PARA DOCENTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A DISCIPLINA “METODOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL” DO CURSO *CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO*

Patrícia Larisse Alves de Sousa

Anderson Ibsen Lopes de Souza

DOI 10.22533/at.ed.94019040210

CAPÍTULO 11 98

GLOBALIZAÇÃO: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO COMO DETERMINANTE PARA OS HÁBITOS DE VIDA DE ESCOLARES

Márcio Barreto da Silva

Ludmila Bernardo de Oliveira

Valéria Kamilla Gurgel Jales

Francisco Ferreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.94019040211

CAPÍTULO 12 109

HISTÓRIA ORAL: CONSTRUINDO CONHECIMENTOS E (RE)VENDO O MUNDO ATRAVÉS DE REMINISCÊNCIAS

Simone Ribeiro

Dileno Dustan Lucas de Souza

Darieli Daltrozo Ilha

DOI 10.22533/at.ed.94019040212

CAPÍTULO 13 117

IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO NA GESTÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO A DISTÂNCIA SOB A ÓTICA DOS TUTORES DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NA UFC

Raimunda Heveline Ribeiro Quirino

Sueli Maria de Araújo Cavalcante

Denise Maria Moreira Chagas Correa

DOI 10.22533/at.ed.94019040213

CAPÍTULO 14 127

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA MULHER NO JORNAL PERNAMBUCANO *ESPELHO DAS BRASILEIRAS* (1831)

Mônica Vasconcelo

Marcília Rosa Periotto

DOI 10.22533/at.ed.94019040214

CAPÍTULO 15	138
INFLUÊNCIA DAS CONCEPÇÕES DOCENTES NA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS PEDAGÓGICAS COM TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA	
Fabio Caires de Oliveira Maurivan Barros Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.94019040215	
CAPÍTULO 16	144
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA E A PEDAGOGIA HISTORICO CRITICA: UM DESAFIO E MUITAS POSSIBILIDADES	
Erika Aparecida de Paula Silva Lima Bárbara Carine Soares Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.9401904026	
CAPÍTULO 17	155
INTENCIONALIDADE DO CURRÍCULO ANTIRRACISTA EM CONTEXTOS HISTÓRICOS DE MULHERES NEGRAS	
Agatha Leticia Eugênio da Luz Ana D’Arc Martins Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.94019040217	
CAPÍTULO 18	170
LEITURAS CONTEMPORÂNEAS DE ROUSSEAU: CONSTANT, VAUGHAN, TALMON OU BERLIN: DE QUE LADO ESTARÁ O VERDADEIRO PENSAMENTO DO GENEBRINO?	
Arlei de Espíndola	
DOI 10.22533/at.ed.94019040218	
CAPÍTULO 19	187
O “RETRATO” DA REALIDADE DE JOVENS ENCARCERADOS: O QUE REVELAM OS DADOS	
Riane Conceição Ferreira Freitas Gilmar Pereira da Silva Crisolita Gonçalves dos Santos Costa Ana Maria Raiol da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.94019040219	
CAPÍTULO 20	199
O BRINCAR NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A LIBERDADE DE CRIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	
Suzy Kamylla de Oliveira Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.94019040220	
CAPÍTULO 21	206
O CONCEITO DE <i>PRÁXIS</i> EM ARISTÓTELES E MARX: UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DE ALIAR TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO	
Andréia Carolina Severo Lima	
DOI 10.22533/at.ed.94019040221	

CAPÍTULO 22	217
O CRAS COMO ESPAÇO PÚBLICO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA	
Tayná Ceccon Martins Rafael Bianchi Silva	
DOI 10.22533/at.ed.94019040222	
CAPÍTULO 23	228
DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA SOB O HORIZONTE ARTICULATÓRIO DA INTERDISCIPLINARIDADE	
Ieda Márcia Donati Linck Leandro Renner de Moura Fernanda Falconi Bastolla	
DOI 10.22533/at.ed.94019040223	
CAPÍTULO 24	241
O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA, ATRAVÉS DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.	
Luana Camila Gomes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.94019040224	
CAPÍTULO 25	252
O ESTUDO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE SENTIDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE JÖRN RÜSEN¹	
Patricia Paes Leme Diogo da Silva Roiz	
DOI 10.22533/at.ed.94019040225	
SOBRE A ORGANIZADORA	263

FORMAÇÃO PARA DOCENTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A DISCIPLINA “METODOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL” DO CURSO *CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO*

Patrícia Larisse Alves de Sousa

Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará/ *Campus* Umirim, Especialista em Gestão e Supervisão Educacional com docência do Ensino Superior, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola /UFRRJ, Endereço eletrônico: larisse_alves@hotmail.com.

Anderson Ibsen Lopes de Souza

²Professor de Língua Portuguesa e Inglesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará/ *Campus* Umirim, Mestre em Letras pela UFC e Doutor em Educação pela UNESP/Marília-SP, Endereço eletrônico: andersonibsen@outlook.com

RESUMO: O objetivo deste estudo é relatar a experiência docente na disciplina “Metodologias aplicadas à educação ambiental” do curso *Convivência com o semiárido*, abordando as práticas pedagógicas adotadas, a transversalidade, os projetos interdisciplinares e a potencialidade dessa experiência para a atividade curricular docente. *Convivência com o semiárido* foi um curso de extensão ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Umirim, em parceria com a Prefeitura Municipal de Umirim-CE, aos docentes em efetivo exercício nas escolas do município. O objetivo da formação

era auxiliar os docentes a trabalharem com a temática da convivência com o semiárido junto às aulas convencionais. Com uma estrutura curricular composta por disciplinas voltadas à educação do campo, entre elas, “Metodologias aplicadas à educação ambiental”, o curso buscou valorizar as potencialidades da região do semiárido. A referida disciplina, através de diversas estratégias metodológicas, abordou a questão ambiental e seus vieses educativos, a fim de preparar os docentes cursistas para os desafios que se apresentam nas práticas de convívio com o semiárido. Na disciplina, os docentes cursistas tiveram oportunidade de elaborar projetos educativos ambientais que melhor atendesse às necessidades das escolas e das comunidades, levando em consideração o uso adequado de tecnologias sustentáveis para a convivência com o semiárido. Com isso, tal disciplina proporcionou a todos uma experiência rica, desafiadora e significativa, visto que contribuiu para que a aquisição e produção de novos conhecimentos e saberes sobre educação ambiental para o contexto do semiárido ultrapassasse os muros do *campus* e ganhasse contornos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Formação docente; Semiárido; Transversalidade; Interdisciplinaridade; Educação ambiental.

ABSTRACT: This study aims reporting the

teacher's experience in the discipline "Methodologies applied to environmental education" from the *Coexistence with the semiarid* program, approaching the pedagogical practices adopted, transversality, interdisciplinarity projects and this experience potentiality for the teacher's curricular activity. *Coexistence with the semiarid* was a formation program offered by the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará (IFCE), *campus* Umirim, in partnership with Umirim Town Hall, to the teachers from the municipal network of education. The formation aimed helping teachers to work the thematic "Coexistence with the semiarid" in conventional classes. With a structure composed by disciplines that discussed about rural education, such as "Methodologies applied to environmental education", the program sought to appreciate the potentialities from the Brazilian semiarid region. This discipline, through various methodological strategies, approached the environmental question and its educational vision, preparing the teachers from the program to the challenges faced in the coexistence with the semiarid practices. In this discipline, the course members had the opportunity to elaborate environmental educational projects that better help schools necessities and local communities, considering the proper use of sustainable technologies to the coexistence with the semiarid. Thus, this discipline provided a challenging, significant and rich experience to all participants, because it helped them in the acquisition and production of new knowledges and understandings about environmental education to that the semiarid context could overcome the *campus* field and get a social proportion.

KEYWORDS: Formation for Teachers; Semiarid; Transversality; Interdisciplinarity; Environmental Education.

1 | INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com a prática pedagógica de docentes da rede pública e privada de ensino do município de Umirim-CE, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) *campus* Umirim desenvolveu, em parceria com a Prefeitura Municipal local, no período de outubro de 2015 a abril de 2016, um curso de extensão na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC) sobre *Convivência com o semiárido*.

O objetivo central da formação era auxiliar os docentes do município a trabalharem com a temática da convivência com o semiárido junto às aulas convencionais, de forma interdisciplinar, contribuindo assim com o desenvolvimento de práticas educativas que assegurassem a aprendizagem significativa dos alunos das escolas onde tais profissionais atuavam, levando em consideração o respeito e as especificidades do contexto regional local.

Sobre o cenário ambiental, um breve olhar sobre o bioma da região semiárida cearense é suficiente para entender que esta é fortemente marcada pela estiagem – período caracterizado pela ausência de chuvas e por altas temperaturas –, o que conseqüentemente acarreta grandes prejuízos para as atividades agropecuárias desenvolvidas pela população rural. Partindo da ideia de qualificar os docentes do

município para serem multiplicadores de tecnologias sustentáveis de convivência com o semiárido na prática educativa, o IFCE *campus* Umirim procurou contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população local, uma vez que 42% da população da região mora na zona rural (BARRETO; MENEZES, 2014) e, dos que vivem na sede do município, são inumeráveis os casos dos que mantêm hábitos ruralizados, com criações de animais de médio e pequeno porte em seus quintais, plantio de hortas ou mesmo mantendo o hábito de se deslocar diariamente para trabalhar na zona rural.

O ambiente escolar, como local *sui generis* de transmissão de conhecimento, é um espaço privilegiado para se tratar de temas que promovam a cidadania e contribuam com a formação democrática dos educandos; e falar de semiárido para sujeitos inseridos nesse meio, é dar-lhes conhecimento sobre a realidade em que estão inseridos, para que possam atuar como protagonistas no meio social. De acordo com Bezerra e Rosito (2011):

As estratégias de convivência relacionam-se a um processo de aprendizagem social, através de um novo olhar sobre o semiárido, considerando suas particularidades e potencialidades. Elas possibilitam que a escola seja, efetivamente, um espaço de construção/distribuição de conhecimentos, de produção de novos valores, de divulgação/utilização de tecnologias sociais e ampla convivência. Há a construção de uma nova ética no relacionamento dos homens e mulheres, visando a tornar a escola um espaço mais humano e de experiências mais significativas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do homem/mulher sertanejo(a).

A formação voltada para a atuação profissional docente dirigida às singularidades do campo, na região do semiárido nordestino, foi baseada na metodologia da problematização da realidade, apoiada na concepção marxista e também na perspectiva freireana, na qual foram valorizados os seguintes critérios: combinação entre educação e trabalho, maior integração entre escola e comunidade, o diálogo, a criticidade, a curiosidade, a aprendizagem significativa, a experiência, a cidadania, a contextualização e a autonomia. De acordo com Imbernón (2010, p.56), “A formação baseada em situações problemáticas centradas nos problemas práticos responde às necessidades definidas pela escola”.

Assim, ao ofertar o supracitado curso, o IFCE *campus* Umirim, em conformidade com a Lei nº 11.892/2008, cumpriu com uma das características e finalidades precípuas dos Institutos Federais, que é a de “qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino.” (BRASIL, 2008).

O curso contou com a participação de 81 cursistas com idades entre 20 e 50 anos, os quais eram docentes em efetivo exercício em escolas urbanas e rurais do município de Umirim. Tal fato veio também atender a expectativa da Secretaria de Educação Municipal de capacitar os docentes lotados em escolas da zona rural para atuarem na educação básica do campo. Para Souza (2011, p.81):

É na prática dos coletivos consolidados historicamente e daqueles que se organizam no momento presente que a educação do campo ganha forças. É muito mais do que educação escolar o que está em questão: é vida na terra; é o aprendizado da política, é a experiência coletiva que mostra que a formação humana é necessária e viável; é a intensificação das lutas sociais e políticas na construção de um projeto político em que o bem comum é definido pela comunidade [...].

Para uma melhor organização das turmas, de forma que a participação dos docentes no curso não impactasse no andamento regular das aulas das escolas onde atuavam, os cursistas foram divididos em duas turmas. Nos dias de aulas do curso, eles eram dispensados pelas escolas e substituídos por estagiários ou coordenadores, já que a formação continuada, além de ser essencial para a atividade docente, tem amparo legal na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que no artigo 67, inciso II, estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar aos seus docentes o “aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim.”(BRASIL, 1996).

Com uma estrutura curricular composta por disciplinas voltadas à educação do campo – “Uso racional da água”, “Uso racional do solo”, “Técnicas de irrigação”, “Produção de alimentos” e “Metodologias aplicadas à educação ambiental” –, as quais integravam e complementavam os saberes de diversas áreas de conhecimento, o curso buscou valorizar as potencialidades da região do semiárido, a transversalidade e dotar os participantes de conhecimentos para se tornarem multiplicadores dos métodos e técnicas abordados na formação, além de propagarem o cuidado com o meio ambiente.

As referidas disciplinas foram ministradas por professores do curso Técnico em Agropecuária em parceria com os técnico-administrativos ocupantes dos cargos de pedagogo e técnico em agropecuária, que buscaram por meio de uma perspectiva teórico-prática capacitar os docentes cursistas por meio de vivências acadêmicas voltadas ao trabalho pedagógico e do campo.

A idealização do curso seguiu os preceitos dos documentos norteadores da educação básica nacional, como os PCN, que propõem a abordagem de temáticas transversais, como é o caso da Educação Ambiental (EA), envolvendo a própria realidade dos educandos no ato de aprender, como fica evidente no seguinte trecho:

[...] a questão ambiental impõe às sociedades a busca de novas formas de pensar e agir, individual e coletivamente, de novos caminhos e modelos de produção de bens, para suprir necessidades humanas, e relações sociais que não perpetuem tantas desigualdades e exclusão social, e, ao mesmo tempo, que garantam a sustentabilidade ecológica. Isso implica um novo universo de valores no qual a educação tem um importante papel a desempenhar. (BRASIL, 1998, p. 180).

Partindo desse princípio, a disciplina de “Metodologias aplicadas à educação ambiental”, através de diversas estratégias metodológicas, como: aulas expositivas e dialogadas, problematização da realidade, debates, leitura e interpretação de textos, seminários, estudo dirigido, produção de material didático-pedagógico, oficina de

planejamento e construção de projetos educativos interdisciplinares, abordou a questão ambiental e seus vieses educativos, a fim de preparar os docentes cursistas para os desafios que se apresentam nas práticas de convívio com o semiárido, para isso valorizando os saberes da terra, o meio ambiente e a formação para o protagonismo.

Em face do exposto, o objetivo deste estudo é relatar a experiência docente na disciplina “Metodologias aplicadas à educação ambiental” do curso *Convivência com o Semiárido*, promovido pelo IFCE *campus* Umirim em parceria com a Prefeitura Municipal de Umirim-CE, abordando as práticas pedagógicas adotadas ao longo da referida disciplina, a transversalidade dos conteúdos, projetos interdisciplinares e a potencialidade dessa experiência para a atividade curricular docente.

2 | A PROPOSTA DE TRANSVERSALIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Desde a criação dos PCN em fins do século XX, que já se havia uma preocupação em romper com a fragmentação dos componentes curriculares ministrados em disciplinas compartmentalizadas, mediante abordagens interdisciplinares e transversais, numa busca de superar o ensino tradicional na educação básica. Partindo dessa premissa é que o curso de extensão *Convivência com o semiárido* foi idealizado.

A abordagem de temas transversais é uma alternativa de contribuir com uma formação holística dos educandos, proporcionando-lhes conhecimentos para o exercício da cidadania, pois a transversalidade “aponta para o reconhecimento da pulverização, da multiplicização, para o respeito às diferenças, construindo possíveis trânsitos pela multiplicidade dos saberes, sem procurar integrá-los artificialmente, mas estabelecendo policompreensões infinitas.”(GALLO, 1997, p.126).

Os documentos norteadores da educação nacional propõem que alguns temas sejam trabalhados transversalmente nas aulas convencionais, ou seja, que tais temas sejam inseridos nas diversas áreas do conhecimento. Dentre tais temáticas, uma delas é a do meio ambiente, que prevê, por meio do conhecimento sobre o assunto, como fazer uso dos recursos naturais de forma qualitativa.

O trabalho com temas transversais em sala de aula é uma prática que tem o potencial de promover democracia, cidadania e, conseqüentemente, a emancipação dos sujeitos educandos, uma vez que ela abre a possibilidade de se abordar temas profundamente vivenciados pela sociedade.

Os PCN sugerem aos docentes uma prática pedagógica interdisciplinar e que envolva temas transversais (como ética, meio ambiente, trabalho e consumo, entre outros) ao longo do ano letivo. Observamos, no corpo do documento, que:

Na prática pedagógica, interdisciplinaridade e transversalidade alimentam-se mutuamente, pois o tratamento das questões trazidas pelos Temas Transversais expõe as inter-relações entre os objetos de conhecimento, de forma que não é possível fazer um trabalho pautado na transversalidade, tomando-se uma perspectiva disciplinar rígida. A transversalidade promove uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento, bem como a percepção da

implicação do sujeito de conhecimento na sua produção, superando a dicotomia entre ambos. Por essa mesma via, a transversalidade abre espaço para a inclusão de saberes extra-escolares, possibilitando a referência a sistemas de significado construídos na realidade dos alunos. (BRASIL, 1998, p.30).

A proposta de se trabalhar com temas transversais na educação é um modo de promover a integração e contextualização do conhecimento. É desse modo que o tema da Educação Ambiental (EA) , mesmo não sendo componente curricular ministrado em forma de disciplina, deve ser debatido em sala de aula de forma transversal, colaborando com o desenvolvimento de uma ação crítico-reflexiva acerca da realidade, possibilitando abordar a citada temática através da “responsabilidade, cooperação, solidariedade e respeito pela vida. Dentro de uma visão construtivista interdisciplinar do conhecimento, a EA visa a consolidação da cidadania a partir de conteúdos vinculados ao cotidiano e aos interesses da maioria da população.” (LUCAS et all, 2007, p.1).

Cientes de que o saber holístico se faz necessário para a formação de indivíduos aptos a lidarem com as vicissitudes do cotidiano, os profissionais do IFCE *campus* Umirim propuseram que os conteúdos ministrados no curso *Convivência com o Semiárido* pudessem chegar até os alunos da educação básica matriculados na rede pública e privada de ensino de Umirim, para que assim esses educandos tivessem acesso à temática da Educação Ambiental tanto na teoria quanto na prática (na execução do projeto proposto na formação) e pudessem desse modo, ter na educação uma ferramenta de transformação social.

3 | RELATO DA EXPERIÊNCIA: DESENVOLVIMENTO DA DISCIPLINA “METODOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL”

A disciplina “Metodologias aplicadas à educação ambiental” foi ministrada através de um trabalho conjunto entre uma pedagoga e um professor de Língua Portuguesa, ambos pertencentes ao quadro de servidores do IFCE *campus* Umirim, e teve um total de 40 horas/aulas.

Para uma melhor distribuição dos conteúdos, a disciplina foi dividida em duas etapas. Na primeira delas, foram abordados os seguintes conteúdos: a epistemologia da educação ambiental e os antecedentes históricos, metodologia do ensino: limites e possibilidades didáticas e inserção curricular da Educação Ambiental. Já na segunda etapa, foram abordados: o tema gerador como proposta metodológica, pedagogia da alternância na educação do campo, planejamento, avaliação e projetos de educação ambiental.

Na primeira etapa, os docentes cursistas tiveram oportunidade de conhecer os antecedentes históricos da educação ambiental, aprofundar seus conhecimentos em relação à educação ambiental e seus movimentos de transição de paradigmas, como também compreender as políticas públicas da educação ambiental. Além

disso, devido à temática da Educação Ambiental estar inserida em todas as áreas de atuação, os docentes cursistas passaram a compreender melhor a tarefa do educador na mediação da mesma enquanto tema transversal do currículo escolar, a qual deve ser trabalhada numa perspectiva interdisciplinar, conforme define a Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Na segunda etapa, por meio de uma abordagem teórico-prática e construtivista, a disciplina propiciou aos docentes cursistas uma maior conexão com a prática didático-pedagógica, já que abordou temas voltados mais para a atuação docente. Nessa etapa, a disciplina instigou a criatividade, a participação, o debate, o trabalho em equipe e a resolução de problemas, ao desafiar os docentes cursistas para a construção de projetos educativos interdisciplinares de convivência com o semiárido, com o potencial de serem implantados nas escolas onde estes trabalhavam.

Após toda a explicação da proposta do projeto, os docentes cursistas foram divididos em grupos de acordo com as escolas onde atuavam. Cada grupo teve que criar um projeto educativo ambiental que melhor atendesse às necessidades da escola e da comunidade, levando em consideração o uso adequado de tecnologias sustentáveis para a convivência com o semiárido, respeitando o que dizem os documentos oficiais que norteiam a educação básica brasileira, que apontam para:

[...] a importância de educar os brasileiros para que ajam de modo responsável e com sensibilidade, conservando o ambiente saudável no presente e para o futuro; saibam exigir e respeitar os direitos próprios e os de toda a comunidade, tanto local como internacional; e se modifiquem tanto interiormente, como pessoas, quanto nas suas relações com o ambiente. (BRASIL, 1998, p. 181).

A partir da proposta, juntamente com a comunidade escolar e local, cada grupo elaborou e desenvolveu um projeto de educação ambiental cujos resultados foram apresentados aos docentes da disciplina no final do curso de formação. A intenção com a proposta do projeto era atender aos objetivos fundamentais da educação ambiental, entre eles,

“o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.” (BRASIL, 1999).

4 | PROJETO INTERDISCIPLINAR SOBRE A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO COMO ATIVIDADE DE CONCLUSÃO DA DISCIPLINA

O IFCE *Campus* Umirim, pela sua natureza agrícola, tem papel fundamental na formação de mão-de-obra local para assessoria técnica e extensão rural, repasse de conhecimento técnico e construção do saber aliado ao respeito ao meio ambiente. Pensando nisso é que o curso de formação inicial e continuada proposto para docentes do município de Umirim buscou promover o desenvolvimento sustentável, por meio

da execução de uma formação participativa, que pudesse ser replicada em várias comunidades, levando essa ideia da inserção da temática ambiental para a sala de aula convencional. Para Borges (2012), o desenvolvimento sustentável é “um processo de transformação da realidade, deliberado e endogenamente originado, resultante de uma construção social e que considera o conjunto dos recursos naturais e das forças e potencialidades sociais”.

Motivados a desenvolverem projetos a serem aplicados nas suas escolas, os docentes cursistas que estiveram presentes no curso levaram mais do que atividades escolares: levaram, acima de tudo, a conscientização para questões como arborização, coleta seletiva do lixo, uso consciente da água, reciclagem, ambiente limpo, entre outros cuidados com a conservação do meio ambiente e com a nossa própria permanência nesse meio.

Para que os conteúdos ministrados sobre o meio ambiente pudessem fazer sentido para os formandos, os quais seriam multiplicadores para seus alunos das informações repassadas e experiências vivenciadas na formação, foram selecionados conteúdos que apresentassem problemas que afetassem a própria comunidade. Foi assim que o curso abordou o bioma local, o semiárido, de modo que o aprendizado se tornasse mais significativo, ou melhor, para que os formandos pudessem estabelecer ligações entre a vivência usual e o conteúdo apreendido na formação.

A disciplina “Metodologias aplicadas à educação ambiental” foi arquitetada para que pudesse apresentar um resultado satisfatório como atividade significativa do curso *Convivência com o Semiárido*. Para tanto, a sala de aula tornou-se um celeiro de ideias, onde projetos foram idealizados, de modo que tais ideias pudessem vir a se concretizar nas escolas em que os participantes atuavam.

Entendendo que a aludida disciplina proporia aos docentes cursistas um planejamento organizado dos conteúdos que seriam ministrados por eles em futuras disciplinas da educação básica, fez-se necessária a didatização de metodologias de ensino, para que assim, pudessem repassar tais conteúdos de forma transversal, com atividades práticas e interdisciplinares que levassem os alunos da rede pública e privada de ensino a sair do conhecimento empírico sobre a natureza e o bioma da caatinga e a obterem um maior conhecimento teórico-prático sobre a temática ambiental.

Por meio de projetos interdisciplinares que foram elaborados e desenvolvidos nas escolas juntamente com todos os sujeitos escolares e comunidade local, a disciplina de “Metodologias aplicadas à educação ambiental” buscou dotar os docentes cursistas com ferramentas didáticas capazes de avivar a prática pedagógica no âmbito escolar.

O desenvolvimento dos projetos foi primordial para que, ao final da formação, cada docente cursista não só pudesse aplicar os mesmos em suas comunidades escolares, mas também proporcionasse uma reflexão sobre a interação entre seres humanos e meio ambiente, convívio com a natureza e responsabilidade ecológica.

Apesar de, a princípio, os docentes cursistas acreditassem que seria mais fácil

para os profissionais de Ciências desenvolverem projetos na área de Educação Ambiental, foi mostrado a eles, na disciplina de *Metodologias aplicadas à educação ambiental*, que a temática abordada era transversal a todas as áreas do saber, sendo plenamente possível haver o total engajamento de todos os participantes. Como afirmam os PCN:

As áreas de Ciências Naturais, História e Geografia são as tradicionais parceiras para o desenvolvimento dos conteúdos aqui relacionados, pela própria natureza dos seus objetos de estudo. Mas as demais áreas ganham importância fundamental, pois, cada uma, dentro da sua especificidade, pode contribuir para que o aluno tenha uma visão mais integrada do ambiente: Língua Portuguesa, trabalhando as inúmeras “leituras” possíveis de textos orais e escritos, explicitando os vínculos culturais, as intencionalidades, as posições valorativas e as possíveis ideologias sobre meio ambiente embutidas nos textos; Educação Física, que tanto ajuda na compreensão da expressão e autoconhecimento corporal, da relação do corpo com ambiente e o desenvolvimento das sensações; Arte, com suas diversas formas de expressão e diferentes releituras do ambiente, atribuindo-lhe novos significados, desenvolvendo a sensibilidade por meio da apreciação e possibilitando o repensar dos vínculos do indivíduo com o espaço; além do pensamento Matemático, que se constitui numa forma específica de leitura e expressão. São todas fundamentais, não só por se constituírem em instrumentos básicos para os alunos poderem conduzir o seu processo de construção do conhecimento sobre meio ambiente, mas também como formas de manifestação de pensamento e sensações. Elas ajudam os alunos a trabalhar seus vínculos subjetivos com o ambiente, permitindo-lhes expressá-los. (BRASIL, 1998, p. 194).

A junção de docentes das mais diversas áreas do saber em uma mesma formação certamente colaborou com a superação da fragmentação do conhecimento, pelo potencial de se trabalhar conteúdos integralizados com vistas a um mesmo objetivo: a execução de projeto interdisciplinar e sustentável através do engajamento e protagonismo da comunidade escolar e local. “O cerne do protagonismo, portanto, é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla.” (COSTA, 2001, p.179).

Dessa forma, ao final do curso, cada grupo de docentes cursistas apresentou o projeto que estava sendo desenvolvido no seu campo de atuação, entre eles: cultivo de hortaliças orgânicas, cultivos de árvores frutíferas, reflorestamento de áreas devastadas e reciclagem de lixo escolar.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina “Metodologias aplicadas à Educação Ambiental” proporcionou a todos (docentes formadores, docentes cursistas, escolas e comunidades) uma experiência rica, desafiadora e significativa, visto que contribuiu para que a aquisição e produção de novos conhecimentos e saberes sobre educação ambiental para o contexto do semiárido ultrapassassem os muros do *campus* e ganhassem contornos sociais, pela capacidade de servirem de base para projetos que pudessem ser implantados nas escolas do município de Umirim em parceria com as comunidades.

Vale ressaltar, ainda, que os projetos interdisciplinares desenvolvidos através do trabalho em equipe levaram os docentes cursistas a promover uma maior integração entre escola onde trabalhavam e comunidade local, tornando todos os sujeitos protagonistas do projeto educativo e corresponsáveis pelo exercício da preservação ambiental do semiárido de forma sustentável. De fato, como afirmam os PCN, o principal objeto ao se trabalhar com a temática do meio ambiente nas escolas “é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global.” (BRASIL, 1998, p. 187).

É certo que, a disciplina “Metodologias aplicadas à Educação Ambiental” abriu um espaço instigante para se discutir as práticas sociais e a atuação do docente enquanto mediador de conhecimentos; também auxiliou os cursistas a levarem para suas comunidades escolares e locais toda a problemática da responsabilidade que cada indivíduo e grupo devem ter em relação à construção de uma sociedade ambientalmente sustentável, colaborando dessa forma, para o sucesso da formação proporcionada no curso *Convivência com o semiárido*.

REFERÊNCIAS

BARRETO, F. A. F. D. ; MENEZES, A. S. B. (org.). *Desenvolvimento econômico do Ceará: evidências recentes e reflexões*. Fortaleza: IPECE, 2014.

BEZERRA, A. C.; ROSITO, M. M. B. Formação de profissionais que atuam em escolas de educação básica localizadas no semiárido brasileiro: uma contribuição aos estudos da alteridade nas políticas públicas. *Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 19, n. 70, p. 165-190, 2011.

BORGES, Graziela Scopel. *A formação do protagonismo do jovem rural a partir da pedagogia da alternância em casas familiares rurais*. 2012. 158f. Dissertação- Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco. 2001. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/298/1/PB_PPGDR_M_Borges%2C%20Graziela%20Scopel_2012.pdf>. Acesso em: 01 out. 2017.

BRASIL. Lei nº9394/96 – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)*. Brasília: DF: 1996. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> . Acesso em : 05 out.2017.

_____.*Parâmetros curriculares nacionais – terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: apresentação dos temas transversais*. Brasília: SEF/MEC, 1998.

_____. Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. *Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm> . Acesso em: 03 out. 2017.

_____.Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. *Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências*. D.O.U. Seção 1, de 30 de dezembro de 2008. Brasília, DF, 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm> . Acesso em: 29 set. 2017.

_____. Ministério de Educação e Cultura. Resolução Nº 02, de 15 de junho de 2012. *Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental*. Brasília: MEC, 2012. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>>. Acesso em: 28 set. 2017.

COSTA, Antônio Carlos Gomes . *A presença da Pedagogia: teoria e prática da ação sócio-educativa*. 2ª Ed. São Paulo: Global: Instituto Ayrton Sena, 2001.

GALLO, Sílvio. Conhecimento, Transversalidade e Educação. Revista Impulso, V.10, n.21, Piracicaba: UNIMEP, 1997.

IMBERNÓN, Francisco. *Formação Continuada de Professores*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LUCAS, R. E. A.; TIMM, C. R. F.; GOMES, M. C. *O meio ambiente: tema transversal*. In: II Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2007, Pelotas. Resumos. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2007. p. 1-5.

SOUZA, M.A. A educação do campo na investigação educacional: quais conhecimentos estão em construção? In: MUNARIM, A. et al *Educação do Campo: reflexões e perspectivas*. Florianópolis: Ed. Insular, 2011.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-094-0

